



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

LEI MUNICIPAL Nº 2.163, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2025

Institui o Programa de Incentivo à Educação de Jovens e Adultos para a erradicação do analfabetismo e formação dos jovens e adultos do Município e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**, Estado da Bahia, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Incentivo à Educação de Jovens e Adultos, com a finalidade de contribuir para a erradicação do analfabetismo e promover a formação dos jovens e adultos no âmbito do Município de Lauro de Freitas.

Parágrafo único. Serão beneficiários do Programa os estudantes maiores de quinze anos, regularmente matriculados na modalidade EJA da Educação Básica, nos níveis Fundamental I e Fundamental II, na rede pública municipal.

Art. 2º Os alunos terão direito ao incentivo financeiro desde que estejam matriculados na modalidade EJA e atendam aos seguintes requisitos:

- I – ter idade igual ou superior a quinze anos;
- II – estar matriculado em escola da rede municipal que ofereça EJA nas Fases I e II (Anos Iniciais do Ensino Fundamental) e Fases III e IV (Anos Finais do Ensino Fundamental);
- III – obter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas;
- IV – permanecer regularmente matriculado até a conclusão dos trimestres letivos;
- V – apresentar aproveitamento escolar satisfatório.

§ 1º O Poder Executivo poderá regulamentar, por decreto, outros requisitos necessários à execução do Programa.

§ 2º As escolas deverão manter registros atualizados de frequência, aproveitamento escolar e resultados, encaminhando relatório trimestral à Secretaria Municipal de Educação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

§ 3º As escolas da modalidade EJA no Município terão calendário anual de 3 (três) trimestres, conforme Resolução CNE nº 03, de 8 de abril de 2025.

§ 4º A Secretaria Municipal de Educação promoverá planejamento e execução pedagógica com ampliação de projetos que relacionem a realidade dos estudantes à prática escolar, visando à alfabetização, aprendizagem e formação cidadã.

§ 5º A Secretaria Municipal de Educação implementará ações contínuas de diagnóstico, intervenção e adaptação pedagógica, visando ao fortalecimento da aprendizagem e à permanência dos estudantes.

Art. 3º O incentivo financeiro será concedido por meio de bolsa mensal no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), aos alunos que atenderem aos critérios de frequência e aproveitamento previstos no artigo anterior.

§ 1º Os pagamentos terão início em março de 2026, em cronograma definido por decreto.

§ 2º Os servidores públicos municipais que se enquadrarem nos critérios desta Lei terão direito ao incentivo sem prejuízo da remuneração.

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Educação:

I – realizar visitas técnicas às unidades escolares e elaborar relatórios semestrais sobre a execução do Programa;

II – monitorar mensalmente a frequência e o aproveitamento dos beneficiários, suspendendo o pagamento quando inferior ao exigido, com retomada após regularização, sem direito ao recebimento retroativo.

Art. 5º Será excluído do Programa o aluno que:

I – for reprovado;

II – interromper o curso;

III – incorrer em fraude, simulação, falsidade ou desvio de finalidade;

IV – praticar conduta inadequada, nos termos do Regimento Escolar;

V – apresentar reiterados atrasos às aulas.

Art. 6º Os pagamentos serão realizados por ordem bancária em conta de titularidade do beneficiário. Para menores de idade, poderá ser utilizada a conta do representante legal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, por decreto, utilizando recursos do Tesouro Municipal, para atendimento das despesas do Programa, conforme artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar esta Lei por decreto, expedindo atos, normas e instrumentos necessários à sua efetiva implantação.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta do Fundo Municipal de Educação e do Fundo de Participação dos Municípios.

Art. 10 O Poder Executivo está autorizado a celebrar convênios, pactos e parcerias com entes públicos e privados visando à qualificação do Programa.

Parágrafo único. Poderão ser firmadas parcerias com o setor empresarial para adoção de ações inclusivas e concessão de incentivos complementares aos estudantes beneficiários.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lauro de Freitas, 30 de dezembro de 2025.

Débora Regis dos Santos Filha

Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE,

Marcelo Gonçalves de Abreu

Secretário-Chefe da Casa Civil